



ATA DA 50ª (QUINQUAGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2022/2025 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2023, DE FORMA HÍBRIDA (VIRTUAL E PRESENCIAL).

No vigésimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, no Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, reunidos de forma presencial e virtualmente, por meio da Plataforma Zoom, no endereço <https://us06web.zoom.us/j/83927721208>, verificado o quórum com a presença dos sócios presentes, conforme previsto no art. 54, § 1º, do Regimento Interno, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente Nacional, Dr. Sydney Limeira Sanches, tendo sido a mesa composta pela 2ª Vice-Presidente, Doutora Adriana Brasil Guimarães, e pela Diretora-Secretária Dra. Edmée da Conceição Ribeiro Cardoso, a quem coube a secretaria dos trabalhos. O Doutor Sydney cumprimentou a todos e todas, agradecendo a presença dos sócios e sócias identificados presencialmente e na plataforma tecnológica na quinquagésima plenária híbrida da Casa de Montezuma. O presidente passou a palavra para a Dra. Adriana Guimarães para que pudesse passar as devidas orientações para o bom funcionamento da sessão. Seguindo, foi colocada para leitura a ata da 45ª Sessão Ordinária Híbrida do IAB, realizada em 24 de maio de 2023. Após, foi colocada para votação a ata da 44ª Sessão Ordinária Híbrida do IAB realizada em 17 de maio de 2023, restando aprovada. Dando sequência à pauta, foi assinado o termo de cooperação entre o Instituto dos Advogados Brasileiros e o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). Seguindo, foi convidado para a mesa o Dr. Anderson de Oliveira Alarcon, que tomou posse como membro efetivo do IAB, sendo saudado pela Dra. Vânia Siciliano Aieta. Após, o Dr. Anderson fez sua primeira manifestação como membro efetivo. Dando sequência à pauta, foram lidas as propostas de novos sócios, sendo elas: 1. Membro Efetivo (DF) Proposto: Dr. Bruno Franco Lacerda Martins Proponentes: Dr. Sydney Limeira Sanches e Dra. Ana Amelia Menna B. De Castro Ferreira 2. Membro Efetivo (RJ) Proposto: Dr. Mauro Castro Anátocles Da Silva Ferreira Proponentes: Dr. Carlos Roberto Schlesinger e Dr. Carlos Alberto Provenciano Gallo 3. Membro Efetivo (DF) Proposto: Dr. Pedro Rogério Melo De Lima


Proponentes: Dr. Rogerio Borba Da Silva e Dr. Marcelo Queiroz 4. Membro Efetivo (DF) Proposto: Dr. Sóstenes Carneiro Marchezine Proponentes: Dr. Sydney Limeira Sanches e Dra. Ana Amelia Menna B. De Castro Ferreira 5. Membro Efetivo (SP) Proposto: Dr. Thomas Law Proponentes: Dr. Sydney Limeira Sanches E Dra. Ana Amelia Menna B. De Castro Ferreira. Passando ao próximo item da pauta, foi apregoada a **indicação n. 038/2023**, de autoria da Dra. Claudia Maria Coelho Jensen, que trata sobre o Projeto de Lei 890/221, que regulamenta o uso das Práticas Colaborativas como método extrajudicial, interdisciplinar de gestão, prevenção e solução de conflitos entre pessoas ou empresas. O texto tramita na Câmara dos Deputados, atualmente aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Colocada a sua pertinência em votação, a indicação restou aprovada, devendo ser encaminhada às Comissões de Mediação, Conciliação e Arbitragem e de Práticas Colaborativas para elaboração de parecer. Em seguida foi apresentada a **indicação n. 042/2023**, de autoria do Dr. Paulo Renato Fernandes, acerca da Constituição de sociedades cooperativas de advogados. Possibilidade. Vedação. Provimento OAB. Antinomia com os sistemas constitucional e legal brasileiros. Colocada em votação, a indicação teve sua pertinência aprovada, devendo ser encaminhada à Comissão de Direito Cooperativo para elaboração de parecer. Também foi colocada em pauta a **indicação nº 043/2023**, de autoria do Dr. Luiz Cláudio Duarte, acerca do Projeto de Lei Nº 2.925/2023, de autoria do Poder Executivo (Ministério da Fazenda). "Altera a Lei no 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a transparência em processos arbitrais e o sistema de tutela privada de direitos de investidores do mercado de valores mobiliários". Colocada em votação, teve sua pertinência aprovada, devendo ser encaminhada às Comissões de Mediação, Conciliação e Arbitragem e de Direito Empresarial para elaboração de parecer. Dando sequência, foi apregoado o parecer na indicação 03/2023, que trata sobre Estudo de constitucionalidade dos limites da participação dos integrantes da ativa das Forças Armadas e das Forças de Segurança Policiais na tentativa de golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023 e quaisquer participações em atos

antidemocráticos. Necessidade de apurar desvio de finalidade nos limites de atuação com necessidade de investigação para medidas cabíveis. com base constitucional no Estado Democrático de Direito e à luz dos regramentos específicos, de relatoria da Dra. Leila Bittencourt. Em síntese, o parecer concluir que não há crime militar. Que todos os atos preparatórios e os eventos ocorridos em 08 de janeiro de 2023 tiveram em sua base dois objetivos principais: rejeitar o Presidente da República eleito e implantar as ideias que vicejam no mundo hoje em oposição às pautas sociais progressistas e ajustadas ao povo e à justiça social igualitária. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Após, foi aberta a palavra aos oradores inscritos. Se manifestaram o Dr. Joycemar Lima Tejo, cujo a manifestação segue anexa a esta ata na íntegra, e o Dr. Hariberto de Miranda Jordão Filho, que se manifestou acerca da autonomia do Banco Central, apresentando uma indicação acerca deste tema. O presidente informou que a pertinência da indicação será votada na próxima sessão ordinária. Também falou o Dr. Sérgio Sant'Anna, convidando a todos para o VIII Seminário de Comissão de Direito Constitucional, com o tema "Os 35 anos da Constituição Federal e a defesa do Estado de Democrático" Prosseguindo, foram colocadas em votação as propostas de novos sócios, sendo elas: 1. Membro Honorário (RJ) Servidora Pública Trf2 Proposto: Dra. Andréia Alvarenga De Moura Meneses Proponente: Dr. Emerson Affonso Da Costa Moura 2. Membro Efetivo (PI) Presidente OAB-PI Proposto: Dr. Celso Barros Coelho Neto Proponentes: Dra. Fides Angelica De Castro Veloso Mendes Ommati E Dr. Álvaro Fernando Da Rocha Mota 03. Membro Efetivo (RJ) Proposto: Dr. Daniel Ribeiro Da Silva Aguiar Proponentes: Dra. Carmen Mansano Da Costa Barros Filha E Dr. João Carlos Castellar Pinto 4. Membro Efetivo (DF) Proposto: Dra. Joana D'arc Vieira De Oliveira Proponentes: Dra. Silvia Virginia Silva De Souza E Dr. Jorge Rubem Folena De Oliveira 5. Membro Efetivo (MA) Presidente Da Academia Maranhense De Letras Jurídicas Proposto: Dr. Júlio Moreira Gomes Filho Proponentes: Dra. Rita De Cássia Sant'anna Cortez E Dr. Daniel Blume Pereira De Almeida 6. Membro Efetivo (DF) Proposto: Dr. Tarcizo Roberto Do Nascimento Proponentes: Dra. Leila Pose Sanches E Dr. Paulo Nicholas De Freitas



Nunes. Também foi lida a Lista De Doação À Biblioteca Daniel Aarão Reis. Às vinte horas, nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a 50ª Sessão Ordinária híbrida. Para constar, eu Edmée da Conceição Ribeiro Cardoso, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, assim como pelo Dr. Sydney Sanches.

  
**Sydney Limeira Sanches**  
Presidente Nacional

  
**Edmée da Conceição Ribeiro Cardoso**  
Diretora Secretária